

SOBRE O GRUPO ÁGUAS DO BRASIL

O Grupo Águas do Brasil - empresa do setor privado de prestação de serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos no país - opera 13 concessões e atende mais de 4 milhões de pessoas em 15 municípios: Niterói, Rio de Janeiro (Zona Oeste), Campos dos Goytacazes, Petrópolis, Nova Friburgo, Resende, Araruama, Silva Jardim, Saquarema, Paraty, Paraíba do Sul, Araçoiaba da Serra, Votorantim, Jaú e Pará de Minas. Com atuação desde 1997, o Grupo superou os desafios da expansão de sistemas, regularização e potencialização das redes existentes nos municípios onde estão suas concessionárias, independentemente de condições geográficas, econômicas e sociais. No total, a holding produz 8.680 litros de água tratada por segundo, por meio de 83 estações. No tratamento de esgotos, opera 78 estações.

Águas de Pará de Minas, concessionária que atende o município de Pará de Minas, é representada legalmente pelos diretores João Luiz de Siqueira Queiroz e Rodrigo Assad Macool.

INFORMAÇÕES

Os clientes de Águas de Pará de Minas que desejam obter mais informações sobre a qualidade da água podem procurar a agência de atendimento localizada na Rua Maestro Espindola, 270 - Bairro Nossa Senhora das Graças - Pará de Minas/MG, **telefone 0800 737 0422** ou pelo **site www.aguasdeparademinas.com.br**.

Águas de Pará de Minas S/A - Rodovia MG 431, km 23 - Estrada que liga Pará de Minas a Itaúna.

Os órgãos responsáveis pela Vigilância da Qualidade da Água deste município são:

Agência Reguladora dos Serviços de Água e Esgoto de Pará de Minas (ARSAP) - Rua Monsenhor Lopes, 35 - Bairro Nossa Senhora das Graças - Pará de Minas/MG. Telefones: (37) 3231-1003.

Vigilância Sanitária de Pará de Minas - Rua José Bahia Capanema, S/N - João Paulo II. - Pará de Minas/ MG. Telefone: (37) 3231-7722.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Decreto Presidencial 5.440, de 04/05/2005, que institui mecanismos para divulgação das informações sobre a qualidade da água distribuída para consumo humano.

Lei 8.078, de 11/09/1990, que dispõe sobre o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme:

Artigo 6º - São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem. (Redação dada pela Lei nº 12.741, de 2012)

Artigo 31º - A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Portaria da Consolidação Nº 05/17 do Ministério da Saúde (Origem: PRT MS/GM 2914/2011) - dentre as obrigações dos responsáveis pela operação do sistema de abastecimento de água, destacam-se as seguintes ações:

- Realizar o controle da qualidade da água;
- Garantir a operação e a manutenção das instalações destinadas ao abastecimento de água potável;
- Manter registros e fornecimento de informações periódicas às autoridades de saúde pública a respeito da qualidade da água.



Relatório Anual de Qualidade da Água Sistema de Abastecimento Caetano Preto

2020

MANANCIAL

A água produzida e distribuída do sistema de Caetano Preto é captada em lençol freático principalmente do Poço 01, classificado como manancial subterrâneo. As águas subterrâneas de Caetano Preto têm como característica uma água de boa qualidade. A coordenada geográfica para a localização do poço é Latitude 19°55'27.51"S e Longitude 44°37'51.78"O.

De acordo com a Portaria de Consolidação MS-GM nº 5/2017 (antiga Portaria nº 2.914/2011), os sistemas ou soluções alternativas coletivas de abastecimento de água supridas por manancial subterrâneo com ausência de contaminação por Escherichia coli devem realizar cloração na água mantendo o residual mínimo no sistema de distribuição (reservatório e rede). Em Pará de Minas e distritos, a Vigilância Sanitária do município e a ARSAP são os órgãos responsáveis por fiscalizar estas atividades.

A água produzida e distribuída pela concessionária Águas de Pará de Minas cumpre rigorosamente as normas, procedimentos, parâmetros, números de amostras e frequência preconizados pela Portaria de Consolidação MS-GM nº 5/2017, do Ministério da Saúde.

PROCESSOS DE TRATAMENTO DA ÁGUA

Coagulação	Processo de adição de produto químico em que transforma as impurezas em partículas que possam ser removidas pela decantação e filtração.
Floculação	Processo de formação de flocos a partir de partículas coloidais desestabilizadas visando sua remoção em processo de separação posterior.
Decantação	Processo de separação do material sólido presente em um líquido pela gravidade.
Filtração	Processo de separação de sólido-líquido, por meio granular, onde as partículas presentes na água ficam retidas.
Desinfecção	Processo que garante a eliminação dos microrganismos patogênicos.
Fluoretação	Processo de adição de flúor à água para auxiliar na prevenção de cáries.
Correção de pH	Processo de correção da acidez da água, através da adição de alcalinizante.

MONITORAMENTO

A concessionária Águas de Pará de Minas realiza o monitoramento e o controle de qualidade da água, conforme solicitado pelas legislações pertinentes. Os parâmetros básicos monitorados, bem como suas descrições e padrões de potabilidade, seguem abaixo.

Fluoreto	Teor de concentração do íon fluoreto presente na água destinada ao consumo humano para produzir os efeitos desejados à prevenção da cárie dental. Apresenta valor máximo permitido de 1,5 mg/L.
Cloro Residual Livre	Quantidade de cloro que permanece na rede de distribuição após o processo de desinfecção, capaz de manter a qualidade da água distribuída ao longo de todo o percurso na rede. Apresenta limite compreendido entre 0,2 e 5mg/L
Turbidez	Característica que mede o grau de transparência da água. Apresenta valor máximo permitido na rede de distribuição de 5,0 uT.
Cor Aparente	Característica que mede o grau de coloração da água. Apresenta valor máximo permitido de 15 uH.
pH	Indicador do grau de neutralidade, acidez e alcalinidade da água. Ideal entre 6,0 e 9,5 sorenson.
Coliformes Totais	Indicador que mede a quantidade de bactérias naturais. Deve demonstrar ausência em 95% das amostras.
Escherichia Coli	Indicador que mede a quantidade de bactérias de origem animal. Deve demonstrar ausência em 100% das amostras.

CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

Referência 2020	Portaria de Consolidação Nº 5, de 28 de setembro de 2017														
	Físico - Químico									Bacteriológico					
	Cloro			Turbidez			Cor			Coliformes Totais			Escherichia Coli		
	0,2 a 5,0 mg/L			VMP = 5,0 uT			VMP = 15 uH			Ausência em 100 mL em 95% das amostras examinadas/mês			Ausência em 100 mL		
	Nº Amostras Exigidas	Nº Amostras Realizadas	Valor Médio Detectado	Nº Amostras Exigidas	Nº Amostras Realizadas	Valor Médio Detectado	Nº Amostras Exigidas	Nº Amostras Realizadas	Valor Médio Detectado	Nº Amostras Exigidas	Nº Amostras Realizadas	Nº Amostras Conformes	Nº Amostras Exigidas	Nº Amostras Realizadas	Nº Amostras Conformes
Janeiro	5	8	0,43	5	8	1,08	5	8	4,00	5	8	8	5	8	8
Fevereiro	5	6	1,25	5	6	0,27	5	6	1,50	5	6	6	5	6	6
Março	5	6	1,42	5	6	0,25	5	6	0,33	5	6	6	5	6	6
Abril	5	8	0,58	5	8	0,45	5	8	1,00	5	8	8	5	8	8
Mai	10	10	0,65	10	10	0,46	5	10	2,70	10	10	10	10	10	10
Junho	10	10	1,23	10	10	0,37	5	10	1,80	10	10	10	10	10	10
Julho	10	10	1,11	10	10	1,89	5	10	7,30	10	10	10	10	10	10
Agosto	10	10	1,00	10	10	0,38	5	10	0,38	10	10	10	10	10	10
Setembro	10	10	1,07	10	10	0,52	5	10	0,80	10	10	10	10	10	10
Outubro	10	10	1,17	10	10	0,50	5	10	1,60	10	10	10	10	10	10
Novembro	10	10	0,94	10	10	0,50	5	10	2,60	10	10	10	10	10	10
Dezembro	10	10	1,11	10	10	0,43	5	10	1,33	10	10	10	10	10	10

VMP = Valor Máximo Permitido.
Sistema: Caetano Preto.
Processo de Tratamento: Simplificado seguido de desinfecção e fluoretação.
Município Abastecido: Pará de Minas.
* Dispensada a análise de pH e fluoreto no sistema (reservatório e rede), conforme Anexo XII da Portaria MS Nº 05, de 28-09-2017 – Consolidação da Portaria MS Nº 2914, de 12-12-2011.

